

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.356 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2001

Reedição de medidas provisórias será proibida a partir de amanhã

As Mesas da Câmara e do Senado promulgam amanhã a emenda constitucional que altera a tramitação das medidas provisórias, estabelece prazos para sua apreciação pelo Legislativo e impede que sejam reeditadas. Considerada por vários senadores como uma iniciativa histórica, a emenda fixa prazo de 60 dias para a vigência das MPs, admitindo a prorrogação por igual prazo, e determina a votação separadamente nas duas Casas do Congresso.

PÁGINA 3

Senadores debatem prioridade às exportações

A prioridade atribuída pelo governo às exportações foi discutida por Paulo Hartung, Gerson Camata, Romero Jucá, Tião Viana e Roberto Saturnino.

PÁGINA 5



Pedro Piva é relator da proposta da nova Lei das S.A. na Comissão de Assuntos Econômicos

Comissões terão na quarta-feira pareceres sobre nova Lei das S.A.

PÁGINA 4



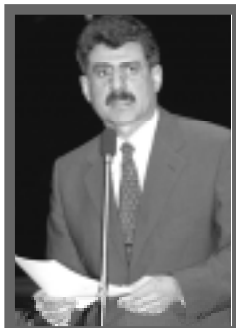
José Agripino alerta para a necessidade de a proposta ser apreciada com rapidez pelo Senado

DISCRIMINAÇÃO RACIAL



Geraldo Cândido sugere medidas para garantir reparação a negros

Geraldo Cândido propõe criação de fundo para propiciar desenvolvimento de negros



Jucá aplaude cota para negros no Ministério da Reforma Agrária

Jucá diz que Raul Jungmann antecipa-se à decisão do governo Fernando Henrique



Para Carlos Wilson, reserva de 20% das vagas é um avanço nas relações raciais

Carlos Wilson afirma que discriminação é motivada por razões de caráter econômico

PÁGINA 8

Conselho de Ética tem uma semana decisiva

Senadores deverão eleger novo presidente do colegiado e conhecer o relatório da comissão especial que investiga Jader Barbalho

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve tratar de dois assuntos relevantes nesta semana: a eleição de seu novo presidente, já que o senador



Althoff está na presidência do conselho, cargo para o qual o PMDB indicou Juvêncio. Jefferson diz que posto não deve ser necessariamente do partido

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) renunciou oficialmente ao cargo na última quarta-feira para tratamento de saúde, e o relatório da comissão especial que investiga denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), indicando se o conselho deve ou não abrir processo contra o senador paraense por quebra de decoro parlamentar. O relatório deve ser entregue amanhã.

A eleição do novo dirigente do colegiado deve acontecer até a quinta-feira, mas ainda não se sabe quem irá ocupar a vaga de Mestrinho, apesar de o PMDB, que detém o maior número de vagas no conselho (cinco dos 15 membros), já haver indicado o senador Juvêncio da Fonseca (MS)

para o cargo.

— Eu aceitei a indicação de meu partido e vou submeter meu nome com toda a tranqüilidade aos demais integrantes do conselho — afirmou Juvêncio.

Ocupa o cargo, interinamente, o senador do PFL Geraldo Althoff (SC). Seu partido deverá, de acordo com o senador José Agripino (RN), apoiar o nome de um senador que possa agir com total isenção e que seja capaz de atuar na defesa da dignidade da Casa.

Também o senador Jefferson Péres (PDT-AM) — integrante da comissão que investiga Jader — defende a idéia de que a presidência não precisa ser ocupada, necessariamente, pela legenda com maior representatividade

no órgão.

REGIMENTO

O art. 23 da Resolução nº 20 (Regimento Interno) estabelece que o conselho será constituído por quinze membros titulares e igual número de su-

plentes e mais um membro nato, o corregedor do Senado, observado, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre os partidos políticos ou blocos parlamentares não representados na escolha desses membros.

Quanto à escolha do presidente, a resolução estabelece que, enquanto não dispuser de regulamento específico, o conselho seguirá as regras regimentais, inclusive quanto à definição do presidente e do relator, da comissões do Senado. O regimento, por sua vez, não define qualquer critério específico relacionado com a proporcionalidade partidária para a escolha dos presidentes das comissões.

Lobão sugere cautela nas restrições a denunciados

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, propôs, na quinta-feira, cautela na análise dos projetos de resolução que estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que dispõem sobre a proibição de senadores denunciados por irregularidades ocuparem cargos na Mesa diretora.

A CCJ deverá apreciar duas propostas distintas. Uma, de senadores do Bloco Oposição, que não permite ao parlamentar que seja

alvo de representação por quebra de decoro continuar ocupando cargo na Mesa do Senado. A outra, do senador Arlindo Porto (PTB-MG), estabelece vedação idêntica nas situações em que o senador seja denunciado por irregularidades.

Pouco antes de participar de reunião da bancada do PFL na Casa para debater essas propostas e outros temas políticos, Lobão observou que considera “um casuísmo e uma temeridade ado-

tar uma resolução que, apenas com base em uma denúncia, retire um senador do cargo para o qual foi eleito na Mesa diretora”.

— Poderíamos pensar em restrição desse tipo, mas a partir da formalização de uma representação do Conselho de Ética, o que seria uma etapa posterior a uma simples denúncia, denúncia que poderia ser feita por um adversário político, com base em recortes de jornais, para apenas prejudicar um parlamentar — disse.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

9h — Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: promulgação de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: outorga e renovação de concessões e permissões para emissoras de rádio.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: outorga e renovação de concessões e permissões para emissoras de rádio; resolução que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Zâmbia.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: requerimento do senador Waldeck Ornélas, solicitando a criação de uma comissão especial para avaliar o projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; entre outros.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 11 itens, incluindo proposta que obriga a aplicação em projetos sociais de parte dos recursos obtidos com a privatização de estatais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública com a presença do ministro Paulo Renato Souza, para debater os programas prioritários do Ministério da Educação para o ano de 2002.

Após a audiência, examina projeto que incentiva universidades privadas a executarem pesquisas científicas em; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: reunião sobre o tema “Alca e Mercosul”, com a presença do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Senado Federal

Quarta-feira

9h — Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 23 itens, entre eles projeto que institui quotas de ação afirmativa em favor da população negra. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC que altera a lei que dispõe sobre as Sociedades por Ações e a que trata do mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: 7 itens, incluindo projeto que disciplina a venda a granel de produtos farmacêuticos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Tônica Dominante*, de Lima Chamie. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Machado quer votar propostas contra a violência

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) afirmou que o Poder Legislativo deve apressar a votação de proposições que tramitam há anos no Congresso e modificam a estrutura e as atribuições dos diversos órgãos de segurança pública. Na opinião do senador, é preciso também aperfeiçoar a legislação penal e criminal para melhorar o desempenho do trabalho policial.

O problema da violência urbana motivou a apresentação, no Senado e na Câmara, de 129 propostas de mudanças na área da segurança pública, segundo informou o senador. Ele citou a proposta de proibição de venda de armas e munição no país, debatida desde 1999 no Senado e



Sérgio Machado cobra ações efetivas dos governos estaduais

já examinada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ainda conforme Sérgio Machado, tramitam no Senado e na

Câmara 35 propostas de emenda à Constituição (PEC) que estabelecem mudanças nas áreas de responsabilidade das polícias Federal, Rodoviária, Ferroviária, Civil, Militar e no Corpo de Bombeiros. A reforma do Judiciário e dos Códigos Civil, Penal e de Processo Penal, na opinião de Machado, dotará o país de uma base legal mínima para conter o aumento da criminalidade. Em relação à Lei de Execuções Penais, o senador afirmou que as mudanças propostas podem levar à diminuição da impunidade e da violência, ao impedir que as brechas atuais beneficiem criminosos.

O senador cobrou também ações concretas dos governos estaduais contra a violência urbana, ressaltando que o policiamento preventivo e repressivo é função dos estados, e não da União. Na sua opinião, mesmo os estados que não dispõem de verbas para reequipar suas forças policiais têm condições materiais de treinar suas polícias e aperfeiçoar as táticas de combate à criminalidade.

Emenda que veda reedição de medidas provisórias será promulgada amanhã

MPs terão validade por 60 dias, prorrogáveis por mais 60 caso não sejam examinadas pela Câmara ou pelo Senado; depois disso, se não houver votação definitiva, perderão eficácia desde sua edição

Com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, será promulgada amanhã a Emenda Constitucional nº 32/01, que impede a reedição de medidas provisórias (MPs). Com isso, as MPs passarão a valer por 60 dias, prorrogáveis por mais 60 caso não sejam votadas pela Câmara ou pelo Senado. Mas, nessa prorrogação, as MPs passarão a ter prioridade sobre outras matérias em discussão, trancando a pauta de votações.

Passados os 120 dias sem votação final, a MP perderá eficácia desde sua edição. Atualmente, as MPs têm validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente, estando algumas delas em vigor há mais de seis anos. Hoje as

MPs são votadas em sessões conjuntas do Congresso, enquanto a emenda a ser promulgada determina que passem a ser votadas em sessões separadas da Câmara e do Senado.

Porém há cinco dezenas de MPs já editadas pela antiga norma. Os parlamentares ainda não definiram se essas medidas serão votadas com base na nova determinação, mas o presidente interino do Senado, Edison Lobão, externou o entendimento da Mesa na sessão de 9 de agosto. Ao responder ao senador Osmar Dias (sem partido-PR),



Para Lobão, emenda esclarece situação das MPs já editadas

Lobão citou o artigo 2º da emenda, o qual determina que "as medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

No entendimento do presidente interino, esse artigo determina que as MPs não se transformem definitivamente em lei, como temia Osmar Dias. De acordo com Lobão, o Congresso Nacional terá de deliberar sobre cada uma das MPs.

Na mesma sessão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) indagou se as MPs já editadas serão apreciadas pelo Congresso pelas regras atuais ou pelas novas regras. Edison Lobão respondeu que "o entendimento da Mesa é de que será pelas novas regras", ou seja, terão de ser prorrogadas para serem votadas.

— A leitura do artigo 2º esclarece perfeitamente a questão — afirmou Lobão, presidindo aquela sessão.

O presidente do Senado afirmou ainda que, caso alguma MP não seja votada nos primeiros 60 dias, isso irá travar a ordem do dia na Câmara e não no Senado. Isso porque, explicou Lobão, a apreciação das emendas constitucionais se inicia na outra Casa do Congresso Nacional.

BALANÇO DA SEMANA

Iniciativa de limitar MPs é considerada decisão histórica

Definida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) como a mais importante decisão desde a Assembleia Nacional Constituinte, a iniciativa de limitar a edição de medidas provisórias pelo governo foi a mais celebrada emenda aprovada neste semestre pelo Senado.

Para a maioria dos senadores que a debateram, essa emenda muda as relações do Legislativo com o Palácio do Planalto, restaura prerrogativas do Congresso e acaba com uma omissão que atingia a imagem da instituição: a demora em decidir sobre as medidas provisórias, que acabavam sendo reeditadas pelo Executivo.

Outra mudança aprovada na semana passada atingiu a Resolução nº 78/98 do Senado, que disciplina as operações de crédito dos estados, Distrito Federal e municípios. Por iniciativa do senador Paulo Souto (PFL-BA), ela foi alterada para permitir que os interessados na contratação de empréstimos instruem mais facilmente seus pleitos.



José Fogaça: decisão mais importante após a Constituinte

Na mesma sessão, o Senado aprovou projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) estabelecendo normas específicas para as operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

Em regime de urgência, o Senado aprovou, com modificações vernaculares, o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, assinado em Caracas, em 1996. O objetivo da convenção é promover o desenvolvimento de mecanismos necessários a erradicar esse crime do continente.

Foi aprovado também projeto criando no Ministério Público do Distrito Federal dois cargos de procurador de Justiça, 113 cargos de promotor de Justiça e 63 cargos de promotor de Justiça adjunto. Em outra decisão, o Senado tornou explícita a obrigatoriedade da educação física no currículo do ensino básico, relacionando as situações em que essa prática é facultativa.

Adoção de cotas para negros recebe parecer favorável

Entre outras matérias importantes, o trabalho das comissões foi marcado na semana passada pelo relatório do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) favorável a projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que reserva aos negros 20% das vagas em empregos públicos, cursos de graduação e contratos de crédito educativo.

Para justificar a adoção dessas cotas, Sarney argumenta que os negros brasileiros têm renda e nível de escolaridade inferior ao do restante da população. Em sua opinião, a condenação do racismo deve ser acrescida de medidas concretas de promoção dessa raça, que sem acesso à educação estará condenada à segregação.

A CCJ ainda aprovou substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que regulamenta o seguro-garantia. A mudança permite que esse seguro seja uma alternativa ao pagamento ou à nomeação de bens à penhora, no processo de execução por quantia certa contra devedor



José Sarney propõe medidas concretas de promoção dos negros

solvente. Também de Lobão, foi aprovado projeto que define mecanismos de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais. E, com base em parecer do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a CCJ aprovou proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta o percentual de receitas tributárias destinado ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A partir de relatório da senadora Maria do Carmo (PFL-SE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que estabelece a gratuidade da água consumida por famílias que tenham consumo igual ou inferior à cota mensal mínima.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável a projeto que estabelece o atendimento e a internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Comissões conhecerão na quarta pareceres sobre a nova Lei das S.A.

Projeto moderniza as relações entre empresas e acionistas e fortalece o pequeno investidor. Após deliberação das duas comissões, matéria será submetida ao exame do Plenário do Senado

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado reúnem-se nesta quarta-feira para conhecer os pareceres dos senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e José Agripino (PFL-RN) sobre o projeto que muda a Lei das Sociedades Anônimas, introduzindo mecanismos que modernizam as relações entre as empresas e seus acionistas, com grande apoio aos pequenos acionistas. Depois das votações dos respectivos pareceres pelas comissões, a proposta será submetida à deliberação do Plenário da Casa.

Para o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), as mudanças na Lei das S.A. permitirão que finalmente o pequeno investidor em ações tenha vez

no Brasil. Alcântara disse que hoje os pequenos aplicadores do mercado acionário não são bem tratados pelas empresas, situação que será modificada com as mudanças na legislação. Ele lembra que, entre outras coisas, a proposta dá novas atribuições à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando sua atuação mais eficaz, o que certamente resultará em maior confiabilidade no mercado acionário.

O projeto vem sendo debatido em conjunto pelas duas comissões do Senado, as quais ouviram publicamente especialistas do mercado acionário. Foram apresentadas 42 emendas à proposta e os relatores ainda não anunciaram se pretendem aceitar alguma delas.



Pedro Piva é relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos



Relator na CCJ, Agripino quer rapidez na votação do projeto, para que entre logo em vigor

O senador José Agripino quer que o Senado conclua com rapidez a apreciação sobre o projeto, antes da vigência de norma pela qual alterações do sistema financeiro somente poderão ser feitas por lei complementar. Segundo Agripino, se

esse dispositivo entrar em vigor antes da aprovação da nova Lei das S.A., todo o trabalho feito nos últimos dois anos estará perdido. Isso porque um projeto de lei não poderá mais modificar a regulamentação do mercado de capitais.

Juiz de Fora contratará crédito de R\$ 2,09 mi

A prefeitura de Juiz de Fora vai poder contratar empréstimo de R\$ 2,095 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com prazo de 72 meses para pagamento e 24 meses de carência, nos termos de decisão tomada na quinta-feira pelo Senado. O Plenário acolheu requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) propondo uma retificação da Resolução nº 13, publicada no *Diário do Senado* no último dia 24 de agosto, que autorizava a operação de crédito. A retificação, segundo Paulo Hartung, que foi relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi solicitada pela secretária municipal da Fazenda de Juiz de Fora, Clélia Castro, após verificar diferença dos valores e dos prazos acertados junto ao BNDES. Correção análoga foi feita também na Resolução nº 10, de 2000, que tratava da autorização de empréstimo para a prefeitura de Belo Horizonte.

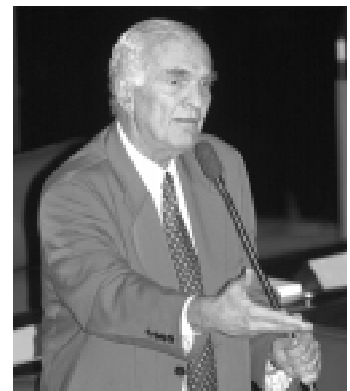
Novo índice para correção das dívidas dos estados será examinado pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai examinar amanhã projeto do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que permite a mudança do índice inflacionário usado na correção das dívidas estaduais refinanciadas pela União. A idéia é autorizar contratos aditivos de renegociação, para que o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, seja substituído pelo Índice Geral de Preços Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O autor da proposta argumenta que o IPCA é usado atualmente como inflação oficial pelo governo, o qual passou a empregá-lo inclusive em contratos com o exterior. O projeto já esteve em discussão no Plenário, mas retornou à CAE antes da votação porque foi apresentada uma emenda de Plenário, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a qual estabelece que a alteração deve ser feita em contratos aditivos. Na CAE, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) foi encarregado de exami-



Osmar quer substituição do IGP-DI pelo IPCA, adotado como índice de inflação oficial pelo governo



Roberto Saturnino é relator de emenda apresentada em Plenário por Jorge Bornhausen

nar a emenda e concluiu por sua aceitação.

O relator, Roberto Saturnino, observa que os dois índices ficaram praticamente idênticos no período 1990/99. No entanto, por causa da desvalorização cambial de janeiro de 1999, o IGP-DI da FGV registrou quase 10 pontos percentuais acima do IPCA do IBGE. Assim, a permissão para que seja alterado o índice de correção das dívidas busca impedir que os estados tenham novos possíveis custos adicionais, provocados pela política econômica do governo federal.

Na mesma reunião, a CAE examinará projeto que obriga o presidente do Banco Central a comparecer duas vezes por ano à comissão para falar sobre a política monetária do governo e seus resultados. Trata-se de um projeto substitutivo que o senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou a um projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES), o qual era mais amplo e obrigava o presidente do BC a comparecer trimestralmente ao Senado e a enviar mensalmente ao Congresso dados sobre a emissão de moeda e a situação das reservas internacionais.

CAS analisa normas para depósito de rejeitos radioativos

Em reunião marcada para esta quarta-feira, às 14h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisará substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei que normaliza a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos. O projeto é de autoria do então senador Itamar Franco, hoje governador de Minas Gerais, e tem parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pela prejudicialidade tanto do substitutivo quanto do projeto.

A CAS apreciará também, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto de lei do então senador Ernandes Amorim que dispõe sobre a vigilância sanitária a que podem ficar sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos correlatos, para determinar a venda de medicamentos a granel, na quantidade indicada pela prescrição médica.

Subcomissão do Idoso vai criar página na Internet

A Subcomissão Permanente do Idoso, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se nesta quarta-feira, às 9h, para debater a criação de um site na Internet destinado a divulgar informações sobre as leis em favor do idoso. O site conterá também as decisões tomadas pela subcomissão, a opinião dos senadores a respeito de questões relativas ao idoso e um e-mail para receber mensagens ou sugestões.

Presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a subcomissão pretende promover encontros com governadores, secretários estaduais, presidentes de conselhos de idosos e a imprensa, para debater questões relacionadas à terceira idade.

Senado aprova pesar pela morte de dois jornalistas

O Senado aprovou na quinta-feira dois votos de pesar pelo falecimento de jornalistas. O primeiro foi proposto em requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), pela morte do ex-presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa Alberto André. O segundo, requerido pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), pelo falecimento de Luiz Contart, membro da Academia Goiana de Letras. O Senado enviará condolências às famílias dos dois jornalistas.

Requião preside Comissão do Mercosul



Roberto Requião ressaltou as dificuldades do bloco comercial

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi eleito quinta-feira presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Em solenidade realizada na

Câmara dos Deputados, o senador assumiu mandato de dois anos, ao lado dos deputados Ney Lopes (PFL-RN), vice-presidente, e Feu Rosa (PSDB-ES), secretário-geral, e da senadora Emília Fernandes (PT-RS), secretária-geral adjunta da comissão.

Ao tomar posse no cargo, Roberto Requião falou sobre as dificuldades encontradas nos últimos tempos pelos países que compõem o bloco comercial. Afirmou que, em sua gestão, a comissão fará com que o Congresso Nacional tenha participação efetiva nas discussões sobre o Mercosul.

Suplicy quer renda básica para todos brasileiros



Suplicy: elaboração do projeto está em fase de conclusão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que está concluindo a elaboração de projeto de lei estendendo a todos os cidadãos brasileiros o direito de receber

renda básica, destinada a manter as necessidades vitais.

Eduardo Suplicy acha que todos os brasileiros, independentemente de raça, idade, sexo, condição civil ou sócio-econômica, devem participar da riqueza da nação, por meio do recebimento de renda básica. Pela proposta, até os mais ricos receberiam o benefício, mas, “obviamente, contribuirão mais do que os mais pobres para que todos recebam”.

— Ao assegurarmos que os que têm mais colaborem proporcionalmente, o direito a uma renda básica poderia ser universalizado para os 170 milhões de brasileiros — explicou.

Hartung defende mudanças para estimular exportações

Para o senador, é preciso que governo estimule vendas externas e empresas encarem o mercado em outros países como elemento essencial do negócio

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou quinta-feira que o aumento das exportações brasileiras não pode se dar de maneira marginal e conjuntural, mas pela mudança no padrão de relacionamento do Brasil com a economia mundial. Ao analisar o novo lema do presidente Fernando Henrique, de que é preciso “exportar para viver”, e não mais “exportar ou morrer”, o senador disse que a questão “é por demais complexa para ser tratada como uma mobilização cívica”.

Para Hartung, falar de política de comércio exterior é tocar nos temas que estarão no centro do debate eleitoral do próximo ano. O primeiro deles, acrescentou, é a forma de inserção internacional do Brasil e o grau de abertura da economia.

Hartung afirmou que o Brasil importa e exporta pouco e tem uma economia bastante fechada, mesmo com as mudanças estruturais ocorridas na última década. Ele lembrou que, em 1999, após a mudança do regime cambial, as importações e exportações brasileiras chegaram a 27% do PIB. No mesmo período, disse, a relação foi de 54% na China, 150% no México e 136% na Coreia do Sul.

GLOBALIZAÇÃO

O senador citou estudos dos professores Armando Castelar Pinheiro e Maurício Mequita Moreira mostrando que as empresas manufatureiras exportam em média 18,7% de sua produção. O número indica que o mercado externo “é um elemento apenas marginal nos planos de investimento das empresas nacionais”. Na avaliação do senador, a baixa relação de comércio exterior da economia brasileira é causa e ao mesmo tempo sintoma de que existe efetiva vantagem em produzir para o mercado interno, no qual as margens são maiores. No entanto, frisou, a empresa brasileira precisa planejar investimentos e atividades tendo como base o mercado mundial.

A pré-condição para maiores exportações, disse Hartung, é que as empresas encarem o mercado externo como elemento essencial

do negócio e não como atividade apenas complementar. Ele ressaltou que estimular as exportações significa “preparar-se para abrir ainda mais a economia e integrá-la ainda mais à economia globalizada”. O senador defendeu também o fortalecimento do Mercosul, os acordos com a União Européia e as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Hartung observou que, para integrar-se à economia mundial, o Brasil precisa estar preparado, o que, segundo disse, não vem acontecendo. Ele defendeu a adoção de uma política industrial ativa, “voltada para a superação dos gargalos em cada cadeia produtiva específica”, e de maior precisão por parte das medidas de incentivo às exportações. O incentivo ao comércio

exterior, afirmou, deve ser articulado com a política industrial e com a mobilização dos instrumentos de crédito existentes de forma seletiva.

— Não é possível uma visão romântica, pois se trata de um tema de alta complexidade e magnitude — alertou.



Hartung: país ainda não se preparou para integrar-se à economia mundial

Na avaliação do senador, o país precisa de uma política ampla de promoção das exportações e da criação de uma cultura exportadora em todas as camadas do empresariado nacional. Ele lembrou a importância estratégica dessa política para a geração

de empregos, a qualificação da produção nacional e a incorporação de novas tecnologias. Por isso, frisou, é importante adotar mecanismos que simplifiquem o acesso ao mercado externo por parte das pequenas e médias empresas nacionais.

Camata: vendas ao exterior é questão técnica, não cívica

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) concordou com o senador Paulo Hartung (PPS-ES) sobre as ações necessárias para que o Brasil aumente suas exportações. Segundo disse, a campanha pelo crescimento das vendas ao exterior não pode ser cívica, mas técnica.

Citando o Japão e a China, que centraram suas atividades em produtos de largo consumo mundial e praticamente sem concorrência, Gerson Camata disse que o Brasil deve apontar para mercados monopolistas, onde possa entrar com vantagem.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), destacou os esforços do governo para fortalecer as exportações, como a redução da carga tributária e a criação da Agência Brasil, que objetiva estimular as exportações, e a atuação dos ministérios do Desenvolvimento e das Re-

lações Exteriores.

O senador Tião Viana (PT-AC) observou que houve redução de venda para os países ricos e aumento para os pobres. Para ele, não se trata de o Brasil não ter o que vender, mas sim da “destruição e atrofia” de seu parque tecnológico, o que faz com que o país, hoje, “troque um navio de soja por uma sacola de chip de computador”.

MARINHA MERCANTE

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) voltou a defender a importância de uma Marinha Mercante para o país. Ele lembrou que a brasileira já foi responsável pelo transporte de quase 40% das trocas internacionais.

“Falta vontade política para criar uma empresa brasileira de navegação de longo curso, capaz de substituir grande parte da despesa desses fretes que pesam tanto no balanço de pagamentos.”



Segundo Lobão, Civita ofereceu a empresários estrangeiros excelente aula sobre o Brasil

Lobão aplaude conferência de Roberto Civita

Em discurso quinta-feira, o presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), aplaudiu a iniciativa do empresário Roberto Civita de proferir conferência positiva sobre o Brasil no 2º Encontro Latino-Americano de Ex-Alunos da Universidade Wharton (EUA), realizado no Rio de Janeiro. Apoiado em fatos e dados estatísticos, Civita demonstrou ser o país um dos mais empreendedores e criativos do mundo, disse o senador.

Lobão relatou que Civita ofereceu aos executivos estrangeiros presentes à conferência “uma excelente aula sobre o Brasil”.

— Deve ter sensibilizado aqueles homens de negócios, provavelmente alheios à necessidade de perceberem, além de números e tabelas, as particularidades não escritas que moldam o perfil de um povo — ressaltou.

Segundo o senador, se houvesse outros conferencistas “do porte de Civita espalhados pelo mundo”, para explicar o Brasil real a estrangeiros, o país estaria em outro degrau de prestígio e conceito.

— Mas tornou-se moda, entre nós, a nefasta prática da automaceração. Temos motivos de sobra para termos fé no futuro, mas preferimos dedilhar a viola do pessimismo.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou que Civita falou aos empresários sobre o Brasil real e não sobre o Brasil fantasioso, permitindo que conhecessem “um país grandioso que merece a credibilidade dos executivos por sua adaptabilidade e coragem diante das adversidades”. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou a importância do depoimento de Civita, homem, observou, “que conhece bem as mazelas e as grandezas do Brasil”.

Também fizeram aparte os senadores Luiz Otávio (sem partido-PA), Arlindo Porto (PTB-MG), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Iris Rezende (PMDB-GO).

Gilvam culpa ministro pelo sucateamento de hospitais

Na opinião do senador, é chegada a hora de José Serra “deixar de conjugar o verbo cortar” e passar a drenar mais recursos para a saúde

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) responsabilizou o ministro da Saúde, José Serra, pelo sucateamento dos hospitais públicos brasileiros. Para ele, é chegada a hora de o ministro “deixar de conjugar o verbo cortar” e passar a drenar mais recursos para a saúde, “do contrário, estará cometendo crime contra a população”.

Como exemplo, Gilvam Borges citou o setor de hemodiálise, que se encontra em situação dramática, segundo a Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante. Ele garantiu que a maioria das unidades hospitalares, como o Hospital de Base, em Brasília, não está tendo condições de atender à demanda em virtude da falta de máquinas.

O problema da hemodiálise, conforme Gilvam Borges, não é exclusividade do setor público. Ele atingiu também clínicas particulares, que, explicou o senador, estão endividadas em consequência da recusa do governo em conceder reajuste real para a tabela de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Enquanto o valor pago pelo SUS equivale a cerca de US\$ 37, a média paga por países latino-americanos é de US\$ 145, informou.

Os pacientes são os maiores



Gilvam Borges alerta para dificuldades do setor de hemodiálise

prejudicados pela pauperização das clínicas de hemodiálise, ressaltou Gilvam Borges. Ele informou, citando dados da Associação Brasileira dos Centros de Diálise, que 47 mil pacientes renais crônicos são atendidos regularmente pelos centros, mas a estimativa é de que cerca de 115 mil brasileiros tenham doença

renal e necessitem de tratamento, ou seja, 68 mil pessoas não têm acesso ao tratamento. Gilvam pediu ao governo a correção urgente do valor desses serviços na tabela do SUS.

Lando defende candidatura própria do PMDB

O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu em discurso no Plenário, na quinta-feira, que o PMDB apresente candidato próprio à Presidência da República. Esse candidato deve ser escolhido logo e por meio de prévias, para que as bases sejam ouvidas e sintam-se comprometidas com o nome, opinou.

Para o senador, o partido necessita agora de um discurso que o unifique. “O PMDB tem responsabilida-



Lando sugere prévias para que as bases do PMDB sejam ouvidas

des históricas, não pode fugir a isso. O partido não pode ser mero instrumento eleitoral, temos que ter a chance de apresentar ao país nosso projeto nacional”, afirmou.

Lando destacou que o partido é uma sociedade constituída por vínculos em comum, enunciados no programa partidário. Mas, por ser um partido democrático, tem também grande diversidade em seu interior. Na sua opinião, o que mais separa os

peemedebistas não são idéias e propostas diferentes, e sim objetivos pessoais, interesses defendidos por uma minoria em benefício próprio. Mas a união de pessoas tão diferentes se mantém porque “a soma é mais forte do que as parcelas que a contêm”.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse, em aparte, que seria incoerência histórica um partido que lutou pela democracia e pelo direito ao voto não apresentar candidato à Presidência. “E o lançamento dessa candidatura tem que ser imediato. Ainda em outubro”, salientou.

Maguito aponta ingerência do governo no partido

Ao reiterar na semana passada críticas à “ingerência ilegítima” do governo federal no PMDB, o senador Maguito Vilela (GO) informou que “membros da chapa governista” chegaram a boicotar reunião do conselho político do partido. Na sua avaliação, a ausência evidenciou a falta de costume dessa ala à democracia interna e o medo de discutir os problemas do partido, já que estaria acostumada a decidir tudo por conta própria, motivada muitas vezes por interesses pessoais.

Maguito reafirmou na quinta-feira sua disposição de concorrer à presidência do partido, cujo ocupante seria escolhido pelo diretório eleito em convenção nacional neste domingo. No exercício interino do cargo

há quatro meses, ele ressaltou o compromisso de restaurar a democracia interna e tornar a legenda politicamente independente.

— Foi imbuído do propósito de fazer com que o PMDB retome as origens que o fizeram grande e respeitado que entrei na disputa — afirmou.

O senador confessou ter se sentido “impelido” a entrar no processo, após a saída da disputa do governador Itamar Franco, pela falta de um substituto que “encarnasse” o desejo da militância de ter um partido livre e com candidatura própria em



Maguito promete fazer com que o PMDB retome suas origens

2002. As considerações de Maguito receberam apertados dos senadores peemedebistas Amir Lando (RO) e Casildo Maldaner (SC) e do senador Ademir Andrade (PSB-PA). Lando sustentou que o partido não pode mais conviver com um discurso dissociado das necessidades concretas do país. Maldaner cobrou a definição, ainda neste ano, do candidato próprio às eleições presidenciais. Já Ademir considerou difícil o PMDB resistir às investidas do governo e manter a candidatura presidencial.

Roseana pode vencer eleição presidencial, afirma Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) assegurou, na quinta-feira, que a atual governadora Roseana Sarney não é nenhuma invenção para ser vice de ninguém, pois está demonstrado que ela pode disputar e até vencer as eleições presidenciais. Francelino citou recente pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Vox Populi, na qual a governadora surge como o segundo nome na preferência dos eleitores para a Presidência da República, com 15% das intenções de voto.

— Roseana está tecnicamente empatada com Ciro Gomes, que tem 14% das intenções de voto, e atrás somente de Lula, que tem 32% — afirmou.

O senador atribuiu o crescimento da candidatura de Roseana Sarney ao resultado do programa de TV do PFL. Ele disse que, na reunião da Comissão Executiva Nacional do PFL realizada na quarta-feira, os senadores Edison Lobão (MA) e Jor-

ge Bornhausen (SC) comunicaram que Roseana Sarney havia concordado em colocar seu nome como pré-candidata à Presidência da República.

De acordo com Francelino Pereira, a opinião pública vê Roseana como uma personalidade política em ascensão. Ele citou ainda o cientista político João Neiva, para quem o fato de a candidata ser mulher tem uma “nova e extraordinária significação”. Numa avaliação sobre confiabilidade, responsabilidade, competência, a mulher só perde para o homem no item firmeza, disse o cientista.

Francelino Pereira ressaltou também que, segundo o Instituto Vox Populi, o quadro da sucessão se modifica qualitativamente quando o nome de Roseana Sarney é incluído: sem Roseana, as intenções de voto em Lula sobem de 32% para 38%; em Ciro Gomes, de 14% para 18%, e em Itamar Franco, de 9% para 14%, observou o senador.

Jonas Pinheiro destaca papel do médico veterinário

O desempenho do médico veterinário e o pleno reconhecimento da sua importância são vitais para a definição e o desenvolvimento da política agropecuária do país, defendeu na quinta-feira o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele saudou a comemoração, no



Jonas Pinheiro saudou o transcurso do Dia do Médico Veterinário

Esses números, prosseguiu o senador, mostram a importância do papel que o veterinário brasileiro tem a desempenhar.

Recentemente, o país viveu dois grandes problemas que exigiram a presença e a opinião abalizada dos médicos ve-

terinários — a acusação canadense de que a carne brasileira teria o problema da vaca louca e a reincidência da febre aftosa na Região Sul. Graças, em grande parte, ao desempenho daqueles profissionais, o Brasil superou os dois problemas, lembrou Jonas Pinheiro.

Jonas Pinheiro, que também é médico veterinário, disse que o Brasil possui atualmente um rebanho de cerca de 160 milhões de cabeças de gado bovino, 40 milhões de suínos, 18 milhões de eqüinos, 12 milhões de ovinos e 10 milhões de caprinos. Além disso, frisou, o país é detentor do segundo maior parque industrial avícola do mundo, obtendo também destaque na indústria pesqueira.

Em aparte, o senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) cumprimentou Jonas Pinheiro pela oportunidade do pronunciamento e pelo que tem feito em benefício do desenvolvimento agropecuário dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Teotônio: Bolsa-Escola ampliará o atendimento em Alagoas

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) anunciou na quinta-feira ter conseguido junto ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que o Programa Bolsa-Escola passe em breve a atender 311 mil crianças em Alagoas. Esse número representará mais de 11% da população do estado, disse. Teotônio informou que o programa atende, hoje, 90 mil crianças em Alagoas e 10,7 milhões em todo o Brasil, e afirmou que os R\$ 1,3 milhão do programa a ser aplicado no estado dinamizará a "frágil economia" do interior de Alagoas e trará novas esperanças e perspectivas de vida para as crianças.



Segundo Teotônio, serão atendidas 311 mil crianças no estado

Ele destacou que a bolsa-escola atende crianças de seis a 15 anos, pagando até 1/4 do salário mínimo por família carente para até três crianças por família. A única condição para participar do programa é que o responsável pelo beneficiário tenha renda individual de até R\$ 90.

A criança deve estar matriculada numa escola e precisa ter frequência mínima às aulas de 85%. "Um programa sem burocracia, descentralizado, que entrega o dinheiro nas mãos de cada mãe, o que representa outro avanço, reconhecendo a importância da mulher no acompanhamento e incentivo à escolaridade das crianças", disse.

Paulo Renato debate no Senado programa prioritário do MEC

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, comparece amanhã a audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) para debater as diretrizes e programas prioritários do Ministério da Educação para o ano 2002.

Autor do requerimento para rea-

lizar a audiência e presidente da CE, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitou também a presença dos ministros Ronaldo Sardenberg, da Ciência e Tecnologia, e Francisco Weffort, da Cultura, para também discutirem os programas prioritários de suas pastas para o próximo ano.

BR-101 será denominada "Rodovia Governador Mário Covas"

O Plenário aprovou na semana passada projeto de lei da Câmara que denomina a BR-101, em toda a sua extensão, de "Rodovia Governador Mário Covas". O projeto foi apresentado pelo deputado Marcus Vicente (PSDB-ES) no dia 7 de março último, um dia após a morte do então governador de São Paulo, para homenagear o homem público que, segundo o parlamentar, tornou-

se "referência nacional de dignidade e honradez".

No parecer apresentado à Comissão de Educação sobre a proposta, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que Mário Covas, inegável defensor da ética na política, "certamente deixou enraizado em grande parte do povo brasileiro o princípio do respeito aos valores democráticos".

Emília pede reflexão na Independência do país

No final da sessão de quinta-feira, a senadora Emília Fernandes (PT-RS), na presidência dos trabalhos, disse que o país deveria aproveitar a data de 7 de setembro, quando seriam comemorados os 180 anos da Independência do Brasil, para fazer uma reflexão e reafirmar a importância da unidade do povo brasileiro.

Ela disse que a independência, que todos desejam e haverão de construir, seja feita no dia-a-dia de cada um, "concretizando o ideal de independência econômica, social e política".

— Que este país gigante defenda sua gente e fortaleza, cada vez mais, sua soberania — disse a senadora.

Francelino elogia MP que institui nova política do cinema nacional

Para senador, medida é uma vitória da classe cinematográfica. Ele também destacou a contribuição dada pela Subcomissão do Cinema

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou em Plenário, na quinta-feira, a edição da Medida Provisória nº 2.219, que estabelece os princípios gerais da política nacional do cinema. "Estamos diante de uma vitória do povo do cinema", afirmou. Francelino lembrou a contribuição dada pela Subcomissão do Cinema Brasileiro, criada por sua iniciativa, em outubro de 1999, da qual foi o relator, e a importância do Grupo para o Desenvolvimento da Indústria do Cinema (Gedic), presidido pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente.

Como parte da nova política para o audiovisual brasileiro, o senador destacou a criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine); o Programa de Apoio ao Desenvolvimento

do Cinema Nacional (Prodecine); e os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines). A MP também altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

Segundo Francelino, os pontos mais polêmicos da MP, como a cota de tela (reserva mínima para filmes brasileiros), e a taxa a ser paga pelas televisões para a formação de um fundo destinado a financiar o cinema deverão ser transformados em projeto de lei.



Pontos polêmicos da MP serão transformados em projeto, disse Francelino

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se solidarizou com Francelino, afirmando que no campo das artes o cinema é que dá a maior contribuição para completar a educação do ser humano. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também destacou a importância da medida.

Francelino Pereira convidou os senadores para participar, dia 13, às 15h, no Palácio do Planalto, da cerimônia em que o presidente da República e o ministro da Cultura, Francisco Weffort, receberão representantes do setor.

Senador defende universidades mineiras

Em pronunciamento na quinta-feira, o senador Francelino Pereira protestou contra a iniciativa do Ministério Público, a pedido do Ministério da Educação, de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que pode resultar no encerramento das atividades da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

— Como bem assinalou o deputado Cleuber Carneiro, uma das mais expressivas lideranças de Montes Claros e do norte de Minas, em discurso proferido quinta-feira na Câmara, trata-se de uma iniciativa "politicamente de-

astroza, socialmente traumática, desumana e funesta" — afirmou.

Francelino informou que teria audiência com o relator da Adin, ministro Moreira Alves, e com o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, na expectativa de obter esclarecimentos sobre as motivações que levaram o Conselho Nacional de Educação e o MEC a mobilizarem a Procuradoria para obter o fechamento da Unimontes e da UEMG. Ele disse que também procurará alternativas visando superar o problema.

No entanto, o senador se mostrou confiante quanto à possibilidade de o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reexaminar seu ato e retirar a Adin apresentada ao STF, que praticamente decreta o fecha-

mento da Unimontes e da UEMG.

Com relação à Unimontes, se houver problema constitucional ou legal, Francelino sugere adoção de providências em benefício do objetivo maior, que é o de assegurar que Montes Claros não perca sua universidade e seus *campi* avançados nos mais importantes municípios do norte de Minas.

Conforme o senador, essa universidade oferece vagas em 22 cursos de graduação, sendo 16 em funcionamento em sua sede, dois no *campus* de Janaúria, dois em Pirapora, um em Janaúba e outro em Almenara. Por essa razão, ele considera um absurdo o fechamento da entidade.

Maldaner destaca avanço na formação de professores em SC

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), conforme destacou quinta-feira o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), é a primeira universidade pública brasileira do país que realiza a formação de professores pedagogos diretamente no local em que trabalham. Os cursos utilizam as modernas técnicas de educação a distância e, resultado de iniciativa conjunta da Udesc e do Ministério da Educação, são uma experiência consolidada.

O programa foi iniciado em 1999 com duas habilitações no curso de Pedagogia — educação inicial e séries iniciais — e 240 professores oriundos de 14 municípios da Grande Florianópolis; no ano seguinte foram incorporados 4 mil professores de 84 municípios catarinenses. Em 2001, no mês de setembro, a terceira turma terá a participação de 10 mil professores, provenientes de 108 cidades de Santa Catarina, informou o senador.

Na opinião de Casildo Malda-

ner, o programa dá ainda maior alcance à função social cumprida pela Udesc, universidade criada em 1965 e credenciada pelo Ministério da Educação em 1985. O senador fez questão de registrar que esse trabalho de formação de professores é obra "da competente administração do reitor Raimundo Zumblik e do diretor do Curso de Ensino a Distância Rogério Braz da Silva".



Cursos utilizam modernas técnicas, disse Maldaner

Geraldo defende medidas de reparação aos negros

Segundo o senador, que esteve na Conferência Mundial contra o Racismo, são necessárias políticas afirmativas que beneficiem os afro-brasileiros

A adoção de medidas que garantam aos negros o acesso ao mercado de trabalho em condições idênticas aos brancos já seria, no entender do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), uma maneira de reparar os danos causados às populações de origem africana no mundo. O pedido de desculpas e a reparação aos africanos e seus descendentes escravizados foram os pontos de maior polêmica na Conferência Mundial contra o Racismo e Xenofobia, realizada na África do Sul. O senador, que está entre os representantes brasileiros na conferência, falou da África do Sul



Geraldo Cândido propõe o restabelecimento da propriedade dos quilombos

com a Agência e a Rádio Senado.

— A reparação não tem que ser feita, necessariamente, na forma de uma indenização, pode ser feita com a adoção de políticas afirmativas como a criação de um fundo que possa propiciar o desenvolvimento das comunidades negras.

No Brasil, segundo Geraldo Cândido, a reparação aos descendentes dos escravos poderia ser feita com o restabelecimento e garantia das propriedades dos quilombos, cujos moradores até hoje aguardam o título das terras. Deve-se também, de-

fendeu, garantir o acesso de jovens negros a escolas de boa qualidade e técnicas de formação profissional, para que possam entrar nas universidades em condição de igualdade com os alunos brancos.

O senador informou que a delegação brasileira no encontro, a segunda maior entre os países participantes, menor apenas que a da África do Sul, esteve empenhada em conseguir avanços no tratamento da questão do racismo. Geraldo Cândido informou ainda que a delegação do Brasil realizou quarta-feira ato de protesto contra a resistência de alguns países em aceitar os termos propostos para o pedido de desculpas e a reparação.

Para Carlos Wilson, projeto de cotas é avanço

O senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Mesa, classificou como “avanço nas relações raciais brasileiras” o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que estabelece reserva de 20% das vagas em universidades e em empregos públicos para negros. Carlos Wilson destacou também a portaria do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, garantindo a negros 20% dos cargos da pasta e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No entanto, ao falar sobre a Conferência Mundial contra o Racismo, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em

Durban, África do Sul, em que foram tratadas questões sobre discriminação racial e intolerância, Carlos Wilson afirmou que o Brasil discrimina não só os negros, mas os indivíduos pobres.

O senador considera que o modelo português de colonização no Brasil “formou uma elite rigorosamente separatista”, não em termos raciais, mas sociais. A discriminação no país, avaliou, é motivada principalmente por razões econômicas.



Carlos Wilson: discriminação no Brasil tem razões econômicas

— Desde o século XIX, quando, através de um ato imperial tardio, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, a sociedade brasileira condenou os negros às favelas, à subvida, negando-lhes acesso à educação, saúde e escala social.

Ao salientar a necessidade de reflexão sobre a discriminação, o senador afirmou que o maior desafio é mobilizar a sociedade para “assegurar a felicidade a todos os grupos étnicos brasileiros”.

Jucá aplaude iniciativa de Raul Jungmann

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), aplaudiu iniciativa do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, de destinar a negros 20% dos cargos de confiança de sua pasta e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A medida, afir-



Segundo Jucá, Jungmann destinará a negros 20% dos cargos de confiança

mou, antecipa decisão do governo Fernando Henrique de instituir o sistema de cotas para negros e pardos em todos os níveis, inclusive em concursos públicos.

A decisão ministerial atinge também os funcionários e consultores contratados por empresas prestadoras de serviços ao ministério e

ao Incra, que precisarão igualmente observar a cota de 20% para negros, explicou.

O senador também elogiou a postura do ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, de “endurecer a posição do Brasil nas negociações” com os Estados Unidos e União Européia, em função dos subsídios oferecidos aos produtos agrícolas. “O ministro faz bem em explicitar que essa política prejudica nossas exportações e agricultores.”

Ademir quer rapidez para PEC sobre trabalho escravo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu quinta-feira pressa na adoção de medidas que possam combater a prática do trabalho escravo no Brasil. Ele encaminhou à Mesa do Senado ofício que recebeu da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Tucumã (PA) descrevendo a última



Ademir defende ampliação de confisco de terras em que haja trabalho forçado

operação conjunta realizada pelo Ministério do Trabalho e Polícia Federal, que resgatou 60 trabalhadores, entre eles quatro crianças, vítimas de trabalho forçado em fazenda de São Félix do Xingu (PA), a cerca de 200 quilômetros da sede do município.

Segundo o ofício, assinado pelo frei Jean Raguénès, a fazenda é de propriedade do secretário da Agricultura do Piauí, deputado estadual Francisco Nonato de Araújo, conhecido como Chico Filho, do PPS.

Ademir Andrade pediu ao Plenário a rápida aprovação de emenda à Constituição, apresentada por ele, que amplia a possibilidade do confisco de terras pelo governo,

incluindo as propriedades nas quais se pratica o trabalho escravo. Ademir também fez apelo ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria, para que rejeite alteração proposta pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que retira do alcance do confisco as propriedades

onde se pratica o trabalho escravo mas que estejam arrendadas.

Para Ademir, Juvêncio, “agindo de boa-fé, teria sido levado” a propor alteração que significa a defesa do trabalho escravo, já que a existência de um arrendatário “certamente será utilizada como subterfúgio” para não aplicar a nova lei.

Ainda referindo-se ao ofício da CPT de Tucumã, Ademir Andrade disse que, após inspeção realizada pelo Ministério do Trabalho e Polícia Federal, o deputado Chico Filho foi intimado a pagar o que devia aos trabalhadores. Após protelação, o deputado teria pago somente um quinto do valor devido aos trabalhadores e “até agora não sofreu qualquer punição”.

Senador cobra indenização de empregados da Usina Pacal

A omissão do governo federal em relação ao Projeto Agroindustrial Canavieiro Abrahan Lincoln (Pacal), extinto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em abril, “sem qualquer discussão com os segmentos envolvidos”, foi criticada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Segundo disse, a medida prejudicou os funcionários do projeto, entre eles trabalhadores da Usina Pacal e lavradores de cana, que receberam apenas metade dos valores das indenizações. Em alguns casos, acrescentou, os trabalhadores sequer foram indenizados. O Pacal, implantado em 1974 em Medicilândia (PA), estimulava a produção de açúcar e álcool na região.

Ademir informou que esteve reunido com representantes dos produtores e canavieiros do Pacal, no dia 30 de agosto em seu gabinete, e foi informado de que um grupo empresarial de Alagoas tem interesse em assumir o

empreendimento, desde que sejam equacionadas as pendências trabalhistas e de indenização das safras perdidas. Na avaliação do senador, basta “um pouco de boa vontade e interesse” dos governos federal e estadual para que o problema seja solucionado.

O senador informou que comissão representando trabalhadores prejudicados pela extinção do Pacal esteve reunida, em 27 de agosto, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e o presidente do Incra, mas nada foi resolvido. O Incra, disse, “insiste em afirmar” que não tem mais responsabilidade sobre o projeto, “desconhecendo qualquer pendência ou dívida trabalhista” com os ex-empregados.

— É lamentável ver o desprezo e insensibilidade com que o governo federal trata os interesses dos trabalhadores e produtores rurais deste país. A questão do Pacal é um exemplo dessa omissão.